



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE

Simulado Especial

Simulado TJ-RJ Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-15-03>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**TJRJ debate a importância da valorização da Primeira Infância**

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em
09/03/2020

Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) iniciou, nesta segunda-feira (09/03), a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que acontecerá também nos dias 11 e 13/03. O objetivo é discutir as necessidades das crianças no período de zero a seis anos de vida.

Durante a abertura do evento, realizado no auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), a juíza Raquel Chrispino, integrante da Coordenadoria Judiciária das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (Cevij), apresentou as principais propostas do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Ela lembrou que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

Segundo a magistrada, a entrada em vigor da lei 13.257/2016, com a qual o Brasil se tornou o primeiro país a reconhecer e valorizar a Primeira Infância na América Latina, fez o Judiciário se preocupar com novos aspectos.

– A relação dos juízes criminais com a primeira infância é importante. O juiz da VEP se relaciona por causa da prisão que ele é responsável, pela prisão do pai, da mãe. Então, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede para que ele possa ser acolhido. E os juízes de família se relacionam pela paternidade. Nessas questões já estamos mais envolvidos dentro do TJRJ, mas eram áreas que sempre trabalharam separadas. A Primeira Infância vem como um guarda-chuva que vai ligar algumas áreas que antes, a princípio, não estavam diretamente ligadas – enfatizou a juíza.

Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij), o juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza lembrou durante o encontro que pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar é preferencial em relação ao acolhimento institucional em abrigos – e citou uma pesquisa demonstrando que para cada ano de acolhimento institucional há um déficit de desenvolvimento de 4 meses. Só que os programas que envolvem famílias acolhedoras não têm o número de vagas necessárias.

– Há ainda um outro desafio: a atenção à Primeira Infância no âmbito de justiça das políticas públicas. Precisamos que todos os entes entendam a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Para se ter uma ideia, a questão orçamentária deveria ser: o Estado teria que verificar o que é necessário para atender a infância e a

juventude e o que sobrar, dividiria para o resto – disse o magistrado.

Nesta quarta-feira (11/03), a partir de 13h, vai ser debatida a Atenção à Primeira Infância no Contexto de Privação de Liberdade. Já na sexta-feira (13/01), às 9h, o tema é a Atenção à Primeira Infância no Âmbito do Sistema de Justiça e nas Políticas de Educação e Saúde. Os dois painéis acontecem no auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura da Emerj.

Também participaram do evento a promotora Allyne Giannini, o defensor público Rodrigo Azambuja, e representantes de órgãos públicos ligados à infância, das secretarias de Estado de Saúde e de Educação, e da secretaria de Assistência Social do Município do Rio.

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7076433>

01. O objetivo do texto é:

- a) noticiar debate institucional acerca da importância da valorização da Primeira Infância.
- b) defender que as gestantes, mães presidiárias e em situação de rua têm direitos à saúde.
- c) posicionar a favor de movimentos culturais que envolvem as famílias de baixa renda.
- d) declarar que a primeira infância não pode ser perdida e deve ser defendida pelas instituições.
- e) mostrar a declaração de autoridades e profissionais de saúde sobre a assistência de saúde no Rio de Janeiro.

02. A vírgula após cada termo nas alternativas abaixo ocorreu pelo mesmo motivo em 4 expressões. A única que não ocorreu pelo mesmo motivo é:

- a) “Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos,” (1º parágrafo)
- b) “Durante a abertura do evento,” (2º parágrafo)
- c) “Segundo a magistrada,” (3º parágrafo)
- d) “Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij),” (5º parágrafo)
- e) “Nesta quarta-feira (11/03),” (7º parágrafo)

- 03.** Quanto aos aspectos linguísticos do 3º parágrafo, marque a alternativa correta.
- a) Deve-se inserir a preposição “por” diante de “que ele é responsável” (3º parágrafo), a fim de manter a correção gramatical e a coerência.
- b) A expressão “Nessas questões” (3º parágrafo) é adjunto adverbial antecipado, por isso pode ser seguida de vírgula.
- c) A conjunção “mas” (3º parágrafo) pode ser substituída por conquanto, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.
- d) Na expressão “ênfaticamente a juíza” (3º parágrafo), o verbo é transitivo direto e o termo “a juíza” é seu complemento verbal.
- e) A expressão “com a primeira infância” (3º parágrafo) é termo caracterizador de “juizes criminais” (3º parágrafo).
- 04.** A reescrita do trecho “Ela lembrou que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.” (2º parágrafo) preserva a correção gramatical e o sentido na seguinte alternativa:
- a) Ela lembrou-se de que o TJRJ estava preocupado com a Primeira Infância e isso veio à partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas com formas de trabalho especiais para as crianças menores.
- b) Ela se lembrou de que a preocupação em relação ao TJRJ com a Primeira Infância veio a partir de relatos de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital, as quais perceberam a importância de dinâmicas e ambientes de trabalho especiais para as crianças.
- c) Ela lembrou de que a preocupação referente ao TJRJ de acordo com a Primeira Infância veio a partir da experiência, de algumas psicólogas e assistentes sociais, que trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças.
- d) Ela se lembrou de que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de psicólogas e assistentes sociais as quais trabalhavam na Vara da Infância da Capital e perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.
- e) Ela lembrou, que a preocupação do TJRJ na Primeira Infância veio à partir da experiência de algumas

psicólogas e assistentes sociais que trabalhavam na Vara da Infância da Capital o qual perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores.

- 05.** A expressão “Só que” (5º parágrafo) mantém a correção gramatical e o sentido se substituída por:
- a) Embora
- b) Portanto
- c) Caso
- d) Porém
- e) Quando
- 06.** Marque a alternativa cujo conectivo não apresenta recurso anafórico:
- a) “que acontecerá também nos dias 11 e 13/03” (1º parágrafo)
- b) “que a preocupação do TJRJ com a Primeira Infância veio a partir da experiência de algumas psicólogas e assistentes sociais” (2º parágrafo)
- c) “que perceberam a importância de dinâmicas e formas de trabalho especiais para as crianças menores” (2º parágrafo)
- d) “que sempre trabalharam separadas” (4º parágrafo)
- e) “que vai ligar algumas áreas” (4º parágrafo)
- 07.** Marque a alternativa que substitui a expressão “Então, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede” com preservação de sentido e linguagem mais adequada ao contexto:
- a) Então, ele pode prender o dado daquele filho e entregar para a rede
- b) Outrossim, ele pode pegar o dado daquele filho e passar para a rede
- c) De antemão, ele agarrar pegar o dado daquele filho e ultrapassar para a rede
- d) Assim, ele pode aderir o dado daquele filho e transpor para a rede
- e) Então, ele pode obter o dado daquele filho e transmitir para a rede

08. Em relação ao período “Com um debate sobre a Atenção à Primeira Infância nos Programas de Acolhimento através da integração de uma rede de atendimento às gestantes, mães presidiárias, em situação de rua, além de assistência de saúde para aquelas cujos pais estão presos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) iniciou, nesta segunda-feira (09/03), a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que acontecerá também nos dias 11 e 13/03.” (1º parágrafo), marque a alternativa cuja substituição da palavra grifada está corretamente realizada entre parênteses:

- a) **Com** um debate (Por)
- b) Com um debate **sobre** a Atenção à Primeira Infância (a cerca de)
- c) Programas de Acolhimento **através da** integração (por meio da)
- d) **além de** assistência de saúde (ademais)
- e) **para** aquelas cujos pais estão presos (a fim de)

09. Em relação ao 1º parágrafo, marque a alternativa cujo termo não exerce a função de complemento:

- a) às gestantes
- b) cujos pais
- c) da Primeira Infância
- d) as necessidades
- e) das crianças

10. Em relação à colocação pronominal no período “Segundo a magistrada, a entrada em vigor da lei 13.257/2016, com a qual o Brasil se tornou o primeiro país a reconhecer e valorizar a Primeira Infância na América Latina, fez o Judiciário se preocupar com novos aspectos.” (3º parágrafo), marque a alternativa correta:

- a) A fim de manter a correção gramatical, a primeira ocorrência do pronome átono “se” deve se deslocar para após o verbo “tornou”: **tornou-se**.
- b) É obrigatório o deslocamento da segunda ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “preocupar”: **preocupar-se**.
- c) É facultativo o deslocamento da primeira ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “tornou”: **tornou-se**.
- d) É facultativo o deslocamento da segunda ocorrência do pronome átono “se” para após o verbo “preocupar”: **preocupar-se**.
- e) Ambas as construções estão erradas, pois ambos os pronomes devem se posicionar após os respectivos verbos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Conforme dispõe o texto da Lei Estadual nº 6.956/2015 (LODERJ), o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo sua atribuição:

- a) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.
- b) distribuir, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível de competência de órgão julgador de segunda instância.
- c) designar por indicação do Corregedor-Geral, os Juízes dirigentes dos Núcleos Regionais.
- d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista ou distribuição anterior.
- e) instituir comissões e designar magistrados para integrá-las, inclusive o processo de escolha dos integrantes das Comissões de Legislação e Normas e do Regimento Interno.

12. No que concerne ao Tribunal Pleno, segundo a LODERJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.
- b) O Tribunal Pleno será convocado pelo Presidente do Tribunal ou mediante autoconvocação para deliberação sobre critérios de sua competência.
- c) A autoconvocação deverá ser formulada com indicação de pauta específica.
- d) As eleições poderão ser realizadas mediante processo eletrônico.
- e) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 150 desembargadores.

13. De acordo com a Lei n.º 4.620/2005, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de:

- a) 25 desembargadores, sendo 13 vagas preenchidas por antiguidade e 12 por eleição.
- b) 25 desembargadores, sendo 12 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.
- c) 25 desembargadores, sendo 10 vagas preenchidas por antiguidade e 15 por eleição.
- d) 27 desembargadores, sendo 13 vagas preenchidas por antiguidade e 14 por eleição.
- e) 30 desembargadores, sendo 17 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. De acordo com as disposições do Decreto nº 2.479/79, que dispõe sobre o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) a reintegração decorre de decisão administrativa ou judicial, e consiste no reingresso do funcionário exonerado a pedido ou demitido do serviço público estadual, sem, contudo, ser ressarcido do vencimento e vantagens ligados ao cargo.
- b) o aproveitamento é o retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade, independentemente da comprovação de sua sanidade físico-mental.
- c) o funcionário não estável poderá ser readaptado ex-officio ou a pedido em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física.
- d) a remoção pode ocorrer quando o funcionário estiver em gozo de férias, situação em que estas não serão interrompidas.
- d) a remoção pode ocorrer quando o funcionário estiver em gozo de férias, situação em que estas não serão interrompidas.
- e) na reintegração, aquele que ocupar o lugar do funcionário reintegrado, caso não seja estável, deverá ser colocado em disponibilidade remunerada.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. Considere os seguintes órgãos

- I - Seções Cíveis;
- II - Grupos de Câmaras Cíveis;
- III - Grupos de Câmaras Criminais;
- IV – Tribunais do Júri;
- V – Conselhos da Justiça Militar

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos julgadores de segunda instância o assinalado em

- a) Itens I, III e V
- b) Itens II, IV e V
- c) Itens I, II e III
- d) Itens II, III e IV
- e) Itens IV e V

16. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência do Tribunal Pleno

- a) Eleger os dois Desembargadores e dois Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes.
- b) Eleger os cinco Desembargadores, estranhos ao Órgão Especial, que devam integrar o Conselho da Magistratura.
- c) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os 03 Vice-Presidentes.
- d) Eleger o Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Elaborar a lista tripla de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.

17. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Função Correicional

- a) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- b) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor Nacional de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- c) Consiste na orientação, fiscalização, inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Agentes Delegados, nos termos da lei.
- d) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente do Tribunal de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- e) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Chefes de Secretaria, nos termos da lei.

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicos ou não, no âmbito interno e externo

- a) Provimento
- b) Portaria

- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 define que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Compete exclusivamente ao Estado e à comunidade escolar assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- b) Incumbe ao poder público a oferta de educação bilíngue, em Libras como segunda língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- c) As instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, poderão cobrar valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento das determinações apresentadas no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- d) Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
- e) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas deve ser dilatado o tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Acerca da ética e da moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais.
- b) A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.
- c) A moral decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.
- d) A moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais.

e) A ética é a parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A certidão de tempo de serviço emitida em favor de um servidor público pode ser classificada como ato administrativo:

- a) constitutivo, discricionário e enunciativo.
- b) modificativo, discricionário e negocial.
- c) declaratório, vinculado e ordinatório.
- d) declaratório, vinculado e enunciativo.
- e) constitutivo, vinculado e enunciativo.

22. Para assegurar a isonomia nas compras públicas, a legislação prevê a observância do procedimento licitatório como regra geral, inobstante admita hipóteses de contratação direta. À luz dos preceitos contidos nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/1993 sobre a contratação direta, é correto afirmar que será dispensável a licitação:

- a) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações da sociedade civil de interesse público.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior, em qualquer caso.
- c) para alienação de imóveis oriundos de dação em pagamento.
- d) para aquisição de peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- e) para contratação de serviços técnicos especializados junto a profissional de notória especialização.

23. A Constituição Federal prevê que, por meio do Controle Externo, o Congresso Nacional fiscalizará órgãos da administração direta federal e entidades da administração indireta, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse sentido, NÃO é uma das competências do TCU:

- a) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário.
- b) julgar as contas do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) realizar fiscalizações por iniciativa própria.
- d) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União a Estados mediante convênio.
- e) deliberar sobre a alocação orçamentária.

24. Após detalhado estudo técnico preliminar, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realizou licitação para alugar equipamentos de informática para utilização por seus servidores. Nesse sentido, o contrato decorrente do certame poderá ter a duração:

- a) de 12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 meses ou, excepcionalmente, por até 72 meses.
- b) vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- c) de até 48 meses após o início da vigência do contrato.
- d) de até 120 meses, caso haja interesse da administração e seja evidenciada a natureza inovadora dos referidos equipamentos.
- e) indeterminada.

25. Acerca da revisão do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta à luz do Estatuto dos servidores civis do Estado do Rio de Janeiro:

- a) a alegação de injustiça da penalidade é fundamento ensejador da revisão do PAD.
- b) havendo o falecimento do servidor sancionado, opera-se a preclusão do direito de rever o processo.
- c) a revisão deve ser processada sem qualquer tipo de vínculo com os autos do processo disciplinar anterior, sob pena de nulidade da decisão resultante.
- d) a revisão deve ser conduzida por uma comissão revisora e seu julgamento cabe ao Governador do Estado.
- e) julgada procedente a revisão, a pena anteriormente imposta será tornada sem efeito, restabelecendo-se apenas os direitos pecuniários dela decorrentes.

26. Consoante dispõe a Lei 8.987/1995 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não viola o princípio da continuidade dos serviços públicos sua interrupção:

- a) em situação de emergência, ainda que se dê sem o prévio aviso.
- b) motivada por razões de ordem técnica, sem prévio aviso.
- c) motivada por razões de segurança das instalações, sem prévio aviso.
- d) de serviços essenciais quando inadimplente unidade de saúde.

e) em razão do adimplemento do usuário, após prévio aviso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Suponha que tenha sido editada lei federal regulando o exercício do direito de resposta, previsto no catálogo de direitos e garantias fundamentais da atual Constituição. No entanto, Mirasmar, brasileiro naturalizado, ao sentir-se agredido por declarações supostamente ofensivas feitas por uma emissora de televisão a ex-imigrantes estrangeiros, percebeu que a lei não tratava de forma abrangente o tema, deixando de lado a efetiva proteção a pessoas que se encontravam nessa situação. À luz da jurisprudência da Suprema Corte e do regramento constitucional em torno do assunto, é correto afirmar que:

- a) Não cabe mandado de injunção para assegurar a efetividade da norma de eficácia contida, garantidora do direito de resposta, já que não se verifica qualquer impedimento ao seu exercício, mesmo diante do vácuo normativo constatado.
- b) Mirasmar, a despeito da insuficiência normativa alegada, poderá exercer o direito de resposta nos termos do que dispõe a Carta Maior, uma vez que se trata de norma de eficácia plena e, portanto, inteiramente exercitável.
- c) Mirasmar não poderá ingressar em juízo pela via do mandado de injunção, na condição de cidadão, mas poderá valer-se de ação popular para ter assegurado o direito em comento.
- d) A lei federal em apreço deverá ser declarada inconstitucional, já que o direito de resposta é garantido por norma de eficácia plena, a qual não admite interferência do legislador infraconstitucional em sua disciplina.
- e) Caberá mandado de injunção, perante o STF e em nome do princípio da isonomia, diante da regulamentação incompleta de direito fundamental constitucionalmente exposto.

28. Suponha que tenha sido apresentada, pelo Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, proposta de lei acrescentando, ao Estatuto Da Magistratura, diversas competências do Conselho Nacional de Justiça, além daquelas já elencadas no texto constitucional. Entre as novas atribuições contidas no futuro diploma legal, destaca-se a possibilidade de determinar a aposentadoria compulsória de juízes, mediante decisão da maioria absoluta do Conselho, bem como a exclusividade do órgão de controle interno no tocante à disciplina correcional nos juízos e Tribunais do Poder Judiciário. Segundo o que consta na Constituição Federal, a referida lei:

- a) Será inconstitucional, já que o Estatuto da Magistratura é norma de iniciativa reservada ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Será inconstitucional no ponto em que trata da aposentadoria compulsória, apenas, tendo em vista as alterações trazidas pela EC 103/19.
- c) Será plenamente válida, já que as competências do CNJ, presentes na CF/88, não são exaustivas e admitem ampliação por meio de lei de iniciativa do próprio órgão.
- d) Será inconstitucional apenas no ponto em que trata da exclusividade da competência correcional, a qual é exercida de forma concorrente entre o CNJ e os Tribunais.
- e) Será inconstitucional, à medida que a CF/88 não admite ampliação das competências taxativamente atribuídas ao CNJ, embora este detenha autonomia para propor alterações às regras relacionadas à magistratura nacional.

29. Considere que o Presidente da República tenha decretado estado de defesa, em virtude da ocorrência de calamidade de grandes proporções em vários pontos do território nacional. Em seguida, por meio de iniciativa popular, foi proposta Emenda à Constituição, visando extinguir a obrigatoriedade do voto em nosso país. De acordo com a Constituição Federal, seria correto dizer que:

- a) Somente haveria impedimento à alteração do texto constitucional caso tivesse sido decretado o estado de sítio, medida mais gravosa do que o estado de defesa.
- b) O impedimento à alteração do texto constitucional durante o estado de defesa corresponde a limitação temporal ao poder de reforma, mas não há qualquer vedação material à extinção do voto obrigatório.

c) A CF/88 não poderá ser emendada durante a vigência da medida de exceção mencionada, tampouco por meio de iniciativa popular, em qualquer situação.

d) A proposta deverá ser rejeitada, por ferir limitação circunstancial ao poder reformador, somente podendo ser reapresentada, em momento futuro, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

e) A proposta fere limitação material implícita ao poder de reforma, ao sugerir a extinção do voto obrigatório e, conseqüentemente, desrespeitar os princípios democrático e republicano.

30. Lei estadual de iniciativa de Deputado Estadual estabeleceu a obrigatoriedade de planos de saúde fornecerem aos consumidores informações e documentos justificando as razões pelas quais houve recusa de algum procedimento, tratamento ou internação. É correto afirmar que:

a) a lei estadual é inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre planos de saúde. Além disso, há vício de iniciativa, uma vez que a matéria é da iniciativa privativa do Governador do Estado.

b) a lei estadual é constitucional, não havendo vício de iniciativa e vício de competência.

c) a lei estadual é inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre planos de saúde.

d) a lei estadual é inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre direito civil.

e) a lei estadual viola a iniciativa privativa do Governador para apresentar projeto de lei sobre a matéria.

31. Manoel é português e, há 11 meses, mudou-se para o Brasil. Duas semanas depois, nasce na cidade do Rio de Janeiro o bebê Joaquim, filho do português com Neia, empresária originária de país de língua portuguesa que aqui vive também há 11 meses. Considerando a situação hipotética apresentada, pode-se dizer que:

a) Manoel poderá solicitar a equiparação à condição de brasileiro naturalizado após completar um ano de residência permanente no Brasil.

b) Joaquim é brasileiro nato, independentemente do cumprimento de quaisquer requisitos adicionais relativos à nacionalidade, por parte dos pais.

c) Manoel e Neia, após completarem 15 anos de residência ininterrupta no Brasil, deverão solicitar a naturalização extraordinária brasileira.

- d) Caso Manoel ou Neia tenham recusado seu pedido de nacionalidade pelas autoridades brasileiras, Joaquim será considerado estrangeiro.
- e) Manoel e Neia, após completarem um ano de residência permanente no Brasil, estarão sujeitos à única hipótese admitida de naturalização tácita.
- 32.** Assinale a opção que apresenta apenas bens pertencentes ao Estados-Membros:
- a) As terras ocupadas pelos índios, exceto aquelas sob domínio da União ou de Municípios.
- b) As terras devolutas e também as ilhas fluviais, não pertencentes à União.
- c) Os recursos minerais, exceto os do subsolo, que são de propriedade da União.
- d) Os potenciais de energia hidráulica localizados em seu território.
- e) As águas emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras da União ou dos Municípios.

DIREITO CIVIL

- 33.** Com relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:
- a) Na aplicação da lei, o juiz atenderá à equidade.
- b) Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.
- c) A Lei em vigor terá efeito mediato e específico, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- d) Reputa-se coisa julgada a já consumada segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- e) Chama-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- 34.** Madalena Ferreira da Silva se casou com Tiago Soares da Costa e, durante a habilitação do casamento, decidiu acrescentar um dos patronímicos do marido, passando a se chamar Madalena Ferreira da Costa. Após alguns anos, Madalena ajuizou ação de retificação de assentamento civil, pedindo para que o outro patronímico de seu marido fosse incluído em seu nome e que ela passasse a se chamar Madalena Ferreira Soares da Costa, uma vez que o patronímico “Soares” é conhecido no seu convívio social, sendo o mais utilizado por seu marido. O pedido foi instruído com certidões negativas que demonstravam que não haveria qualquer prejuízo a outras pessoas e que a autora estava de boa-fé. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O nome de Madalena poderia ser alterado extrajudicialmente, diretamente no cartório de registro civil.
- b) Madalena tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, mas excluído o patronímico.
- c) Não há limitação temporal para a retificação do registro civil e o acréscimo de patronímico do cônjuge de Madalena por retratar manifesto direito de personalidade.
- d) O nome de Madalena não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, caso haja intenção difamatória.
- e) O nome de Madalena não pode ser usado em propaganda comercial, de qualquer modo.

35. Tem início a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado:

- a) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em qualquer caso, de autorização ou aprovação do Poder Judiciário.
- b) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) com a publicação de sua inscrição no registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) com a publicação do respectivo estatuto no diário oficial, precedida, em qualquer caso, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- e) com a publicação do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Judiciário, registrando-se todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

36. Com relação aos bens reciprocamente considerados, é correto afirmar:

- a) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro ou temporário, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) Somente se separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

d) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

e) São benfeitorias necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

37. De acordo com o Código Civil, têm-se por inexistentes as condições:

a) impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

b) impossíveis, quando suspensivas, e as de não fazer coisa impossível.

c) física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.

d) ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.

e) incompreensíveis ou contraditórias.

38. Com relação à extinção dos contratos, é correto afirmar:

a) A cláusula resolutiva, expressa ou tácita, opera de pleno direito.

b) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, sem, contudo, indenização por perdas e danos.

c) Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

d) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

e) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato, caso em que os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data dos acontecimentos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Sobre esse importante tema, assinale a alternativa correta:

a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive quando

suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

b) As ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil, acidente de trabalho e as ações sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho não serão remetidas ao juízo federal ainda que haja intervenção da União.

c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor, como manifestação do princípio do acesso à justiça.

d) Caso o réu tenha mais de um domicílio, poderá ser demandado em um deles ou no domicílio do autor.

e) Havendo 2 ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro mais próximo ao domicílio do autor.

40. Incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar sobre as despesas e os honorários advocatícios:

a) Incumbe ao réu adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

b) As despesas abrangem as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico, mas não abarcam a diária de testemunha.

c) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

d) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, mesmo que não tenha sido impugnada.

e) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é incabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

41. O litisconsórcio caracteriza-se pela presença de duas ou mais pessoas em, pelo menos, um dos polos da ação. Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- b) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- c) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões poderão beneficiar ou prejudicar os outros.
- e) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, mas apenas os que peticionarem devem ser intimados dos respectivos atos.

42. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa que não apresenta um poder ou dever do juiz:

- a) Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias.
- b) Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- c) Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- d) Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso.

e) Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, promover a propositura da ação coletiva e oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros legitimados para assumirem a titularidade da ação.

43. A audiência de conciliação ou de mediação desempenha papel importante no trâmite processual ao permitir a composição das partes. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) O juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 15 dias de antecedência.
- b) Nas comarcas onde houver mediadores e conciliadores, o juiz decidirá quanto a necessidade de atuação desses auxiliares na própria audiência, caso as partes manifestem desejo na solução consensual.
- c) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- d) A audiência de conciliação ou de mediação não será realizada quando uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual ou quando não se admitir a autocomposição.
- e) As partes não precisam estar acompanhadas de seus advogados na audiência de conciliação e de mediação, mas apenas na audiência de instrução e julgamento.

44. Os embargos de declaração protelatórios são utilizados, muitas vezes, como instrumento de alongamento do curso da ação, em razão do seu efeito interruptivo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada até 20% sobre o valor atualizado da causa e não serão admitidos novos embargos se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- b) Em caso de reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada até 10% sobre o valor atualizado da causa e não serão admitidos novos embargos se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- c) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.

- d) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a 2% sobre o valor originário da causa.
- e) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa de até 20% do valor corrigido da causa.

DIREITO PENAL

45. Analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente terá aplicação retroativa, exceto se já tiver havido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão da eficácia preclusiva da coisa julgada.

II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado depois de sua vigência.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime continuado ou permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
b) I e II
c) I e III
d) II e III
e) III

46. José, empresário, inseriu na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) não praticou crime, sendo conduta atípica
b) praticou crime de falsificação de documento público, em sua forma equiparada
c) praticou crime de falsificação de documento particular
d) praticou crime de falsidade ideológica
e) praticou crime de inserção de dados falsos

47. Sobre a ilicitude (ou antijuridicidade) e suas causas de exclusão, assinale a alternativa correta:

- a) A ilicitude é a adequação exata da conduta ao que prevê a norma penal incriminadora.

b) Ocorrendo um fato típico, este será, necessariamente, ilícito, conforme teoria da ratio essendi, adotada pelo CP brasileiro.

c) A legítima defesa sucessiva é possível em nosso sistema jurídico-penal

d) A legítima defesa de outrem não é admitida em nosso ordenamento jurídico

e) O conhecimento da situação justificante não é elemento para a configuração do estado de necessidade.

48. Acerca do concurso de pessoas e da extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta:

a) O Código Penal adota, como regra, a teoria dualista no que tange à punibilidade no concurso de agentes

b) A participação meramente moral é punível

c) A coautoria e a autoria colateral são exemplos de hipóteses de concurso de agentes

d) A prescrição da pena de multa se dará em 02 anos, ainda que a multa seja cumulativamente cominada com a pena privativa de liberdade

e) O oferecimento da denúncia é causa de interrupção do curso do prazo prescricional

49. A imputabilidade penal pode ser definida como a capacidade mental de o agente, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta uma causa de exclusão da imputabilidade penal:

a) embriaguez fortuita completa

b) erro de proibição desculpável

c) doença mental, se o agente não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato

d) coação física irresistível

e) estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico

50. Tiago e Manoel, estudantes de Direito, se fizeram passar por oficiais de Justiça e se dirigiram até a casa de Eduardo, contra quem havia mandado de reintegração de posse já expedido em determinado processo. Lá chegando, exigiram de Eduardo o pagamento de R\$ 10.000,00 para não realizarem a reintegração de posse. Eduardo, com medo, cede à exigência e paga o que foi exigido por Tiago e Manoel.

Nesse caso, é correto afirmar que Tiago e Manoel praticaram o crime de:

a) Corrupção passiva majorada

b) Usurpação de função pública, em sua forma qualificada

c) Usurpação de função pública, em sua forma simples

- d) Coação no curso do processo
- e) Concussão

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Acerca do princípio da presunção de inocência, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da presunção de inocência não possui reflexos na vida do agente fora da persecução penal
- b) O referido princípio não tem relação com o princípio do in dubio pro reo
- c) O princípio da presunção de inocência não tem previsão expressa na Constituição Federal, sendo um princípio de construção meramente doutrinária
- d) A existência de prisões cautelares no curso da persecução penal não ofende o princípio da presunção de inocência
- e) A execução provisória de pena criminal é admitida, não configurando violação ao princípio da presunção de inocência, conforme entendimento mais recente do STF

52. No que tange aos sujeitos do processo e às citações e intimações, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a condução coercitiva do réu para fim exclusivo de interrogatório, conforme entendimento do STF
- b) O corréu, no mesmo processo, poderá atuar como assistente de acusação
- c) Não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação do Juízo perante o qual tramita o processo
- d) É nula a citação por edital que indica apenas o dispositivo da lei penal violado, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia
- e) A suspensão do curso do prazo prescricional prevista no art. 366 do CPP pode se dar por tempo indeterminado, enquanto perdurar a suspensão do processo

53. Acerca da conexão e da continência, assinale a alternativa correta:

- a) Haverá conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração

- b) Haverá continência quando a prova de uma infração influir na prova de outra infração
- c) Haverá conexão quando, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras
- d) Haverá continência quando, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas
- e) Haverá continência quando duas ou mais infrações forem praticadas pelo mesmo agente, em contextos distintos

54. Acerca da regulamentação do CPP sobre o tema de provas, analise as assertivas a seguir:

- I – O silêncio do acusado não importará em confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- II – O interrogatório por videoconferência, desde as alterações promovidas pela Lei 13.964/19 (chamado “pacote anticrime”), passou a ser a regra no processo penal brasileiro.
- III – O exame de corpo de delito deverá ser realizado por um perito oficial ou, na sua falta, um perito não oficial, portador de diploma de curso superior.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) III
- d) I e III
- e) I, II e III

55. José foi preso em flagrante pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), tendo sido conduzido à presença da autoridade policial.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A própria autoridade policial poderá arbitrar fiança
- b) Nem o Juiz nem a autoridade policial poderão arbitrar fiança, por se tratar de crime inafiançável
- c) A audiência de custódia deverá ser realizada no prazo de 24h, com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e do membro do Ministério Público
- d) Se o Juiz verificar que a prisão em flagrante foi ilegal, deverá conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- e) Deverá o Juiz relaxar a prisão em flagrante caso verifique a ausência dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva

56. Analise as assertivas a seguir:

I – Indeferimento do pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição.

II – Decisão de pronúncia, no rito do júri.

III – Decisão de recebimento da denúncia ou queixa, no rito ordinário.

É correto afirmar que será cabível o recurso em sentido estrito para impugnar as decisões mencionadas APENAS em:

- a) I
- b) I e III
- c) III
- d) II e III
- e) I e II

LEGISLAÇÃO

57. Com base na Consolidação Normativa Judicial, as serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro que conterà, entre outros, as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato, atualizados e expressos em moeda corrente.

Esse quadro será

- a) no mínimo 1,00m x 0,50m
- b) no máximo 1,00m x 0,50m
- c) no mínimo 1,50m x 1,00m
- d) no máximo 1,50m x 1,00m
- e) não há um padrão de tamanho

58. A gerência do cartório deverá ser voltada para o atendimento dos seguintes objetivos, exceto

- a) unificação da metodologia de trabalho visando ao melhor gerenciamento das atividades cartorárias;
- b) simplificação dos procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais;

- c) capacitação dos servidores para desempenho das diversas etapas do processamento integrado;
- d) fortalecimento da função de chefia e liderança do Escrivão ou Responsável pelo Expediente Chefe de Serventia e seu constante aprimoramento;
- e) aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais

59. Caso um advogado retenha indevidamente autos do processo, o Chefe de Serventia ou servidor a sua ordem dará cumprimento à ordem legal do processo realizando

- a) Independentemente de despacho judicial irá intimar o advogado detentor de autos não devolvidos no prazo estabelecido, por DJERJ da Justiça a restituí-los em 3 (três) dias e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.
- b) Efetuará comunicação telefônica para que devolva os autos no prazo de 24 horas.
- c) Independentemente de despacho judicial expedirá mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.
- d) Após despacho judicial, irá intimar o advogado detentor de autos não devolvidos no prazo estabelecido, por DJERJ da Justiça a restituí-los em 3 (três) dias e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício e independentemente do recolhimento de custas.
- e) Após publicação do despacho judicial, expedirá mandado de busca e apreensão, mediante prévio recolhimento de custas.

60. Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, o prazo para cumprimento de precatórias e alvarás, exceto de soltura, será de

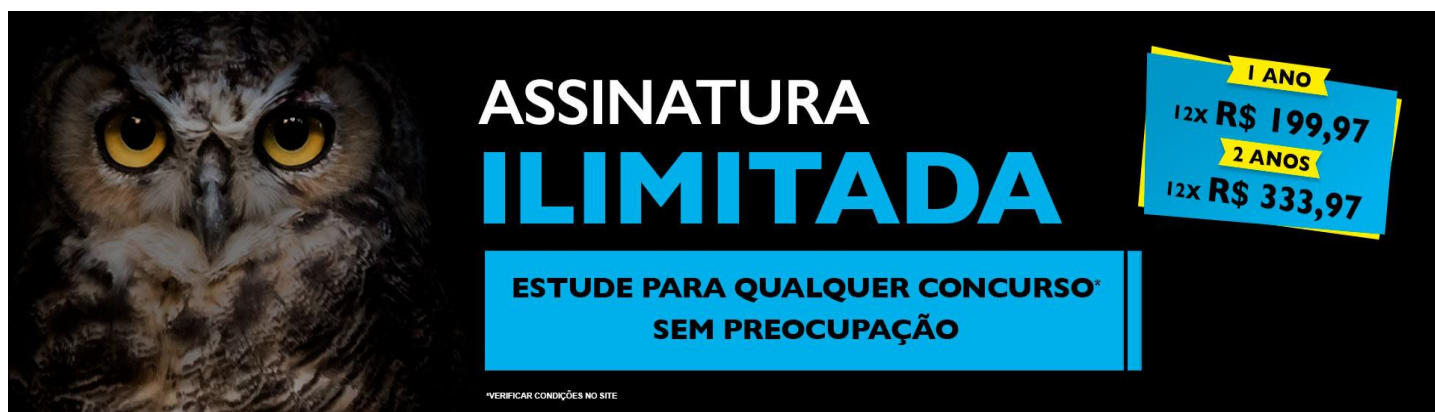
- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias
- e) 60 dias

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-15-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE